A autorrepresentação de mulheres migrantes brasileiras produtoras de conteúdo residentes nos EUA[1]

Luiza Dias de Oliveira[2]
Liliane Dutra Brignol[3]

Resumo expandido

O presente texto apresenta um recorte de pesquisa desenvolvida pela primeira autora no curso de Doutorado, com previsão de defesa em março de 2024, sob orientação da segunda autora. O estudo busca compreender como as interseccionalidades de gênero, raça, classe, orientação sexual, nacionalidade e condição de cidadania medeiam os usos das tecnologias digitais por mulheres migrantes brasileiras produtoras de conteúdo e residentes nos Estados Unidos. Orientada pela perspectiva teórico-metodológica etnográfica, a observação ocorre nos perfis das sete interlocutoras na rede social digital Instagram. Além disso, foram realizadas entrevistas com quatro interlocutoras da pesquisa. A esquematização da tese está dividida entre três capítulos teóricos, divididos entre subitens complementares, são eles: migrações, interseccionalidades e usos sociais de tecnologias digitais. No primeiro, a subdivisão inclui concepções sobre transnacionalismo e particularidades da migração de brasileiros para os EUA. No segundo, falamos sobre migrações e interseccionalidade e sobre a feminização das migrações. Já no terceiro, abordamos questões sobre os usos sociais das tecnologias digitais por migrantes, produção de conteúdo e trabalho de plataforma, além da

[1] Trabalho apresentado no painel temático 10 - Apropriação de tecnologias digitais em contextos diaspóricos, do XVI Simpósio Nacional da ABCiber – Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura. Univeesidade Federal de Santa Maria/RS, realizado nos dias 27 de novembro a 01 de dezembro de 2023.

[2] Doutoranda pelo curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. diasoliveira.luiza@gmail.com. Bolsista Capes.
[3] Professora doutorada do curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. liliane.brignol@ufsm.br

autorrepresentação nas redes sociais digitais. É sobre este último item que focaremos este resumo.

As pesquisas com enfoque na autorrepresentação se sedimentaram com o advento das tecnologias digitais. A teoria é desenvolvida a partir dos estudos consolidados sobre representação, concebidos, em grande parte, pelos estudos culturais. Conforme Massimo Canevacci (2015), a ideia de autorrepresentação surge a partir da vontade das pessoas de contarem suas próprias histórias com suas próprias narrativas, ao contrário de serem representadas pelo discurso de outros. O autor afirma que: "De qualquer lugar do mundo, elas têm os meios tecnológicos e condições culturais para fazer isso, para nunca mais conceder a um terceiro o direito de representá-las" (CANEVACCI, 2015, p. 1). Ainda no que diz respeito à pesquisa em questão, o pesquisador também traz instruções para aqueles que buscam esmiuçar a autorrepresentação por meio de um estudo etnográfico. Ele faz referência a uma "etnografia reflexiva", em que o etnógrafo não adotará uma posição neutra, mas ficará próximo dos sujeitos da pesquisa.

De forma complementar, alguns pesquisadores sobre a temática da migração vêm adotando a perspectiva da autorrepresentação nos seus estudos. Em uma entrevista concedida em 2023, Amarela Varela Huerta comentou sobre o uso do conceito no desenvolvimento das suas pesquisas. Ela afirma que os migrantes devem ser coprodutores daquilo que é veiculado sobre eles. Desta forma, a autorrepresentação atua na contramão dos estereótipos, das narrativas que colocam os migrantes como "vítimas" ou "delinquentes". Assim, percebemos nas tecnologias digitais uma importante ferramenta na construção de discursos contra-hegemônicos, que potencializem o protagonismo dos migrantes na narrativa de suas próprias experiências. Por outro lado, devemos salientar que esse movimento não se resume apenas ao viés positivo. Essas mesmas tecnologias e plataformas deixam rastros dos seus usos, representando um sistema de controle. Neste caso, o próprio Estado pode usar os rastros nas redes sociais digitais, por exemplo, para observar migrantes e, em última instância, prendê-los e deportá-los.

Para a tese em andamento, os perfis selecionados correspondem a uma determinada classe e condição de cidadania, duas categorias que possuem relação direta entre si. Compreendemos que as mulheres que escolhem trabalhar como produtoras de conteúdo, tendo um perfil público e com muito alcance, possuem algum visto de permanência ou cidadania estado-unidense. Sua condição pode surgir no conteúdo, inclusive como estratégia para engajamento, como será visto a seguir. No entanto, dos perfis que observamos no decorrer do tempo desta pesquisa, percebemos que mulheres que não possuem documentação não costumam trabalhar como produtoras de conteúdo, muito provavelmente para não deixar rastros para o Estado.

Trazemos, para fins de ilustrar e exemplificar nossa pesquisa, conteúdo de duas interlocutoras – sob nomes fictícios. Cabe salientar que obtivemos autorização de todas as mulheres que aceitaram participar do estudo. Como mencionamos no parágrafo anterior, uma das estratégias adotadas pelas influenciadoras digitais é se apropriar da sua própria história e experiências para produzir conteúdo. Angela foi a primeira interlocutora que nos concedeu autorização para observação e entrevista. Ela é uma mulher negra, de 35 anos, em um casamento heterossexual, que nasceu no Rio de Janeiro, mas morou por muitos anos em São Paulo. Foi lá que ela fez faculdade de Moda. Fez o primeiro intercâmbio para trabalhar como salva-vidas, em 2009. Em 2012, depois de formada, também fez o programa Au Pair (em que mulheres jovens migram para os EUA para trabalhar como babás nas casas das famílias). Já em 2016, migrou novamente para estudar no Estado da Califórnia. Conheceu o marido, nascido nos Estados Unidos, que trabalhava como paralegal, uma espécie de assistente de advogado, e era estudante de Direito. Interessada na temática, passou a fazer o curso para paralegal. Hoje, ela trabalha em escritório de advocacia, tem uma filha e está grávida do segundo filho.

Com a experiência enquanto migrante e profissional como paralegal, Angela produz conteúdo voltado à migração, com dicas para conseguir visto, estudos e trabalho nos EUA, por exemplo. Em um destaque (conjunto de *stories* que ficam salvos no perfil), escreveu

sobre sua experiência migratória, contando que hoje é cidadã americana e que divide sua experiência para mostrar "como morar nos EUA de forma legal e segura. Para que você não passe as dificuldades que eu passei. E que você também consiga realizar o seu sonho" (Postagem no Instagram de Angela, 2 de outubro de 2022). O conteúdo produzido por influenciadores digitais é essencial para atrair novos seguidores, que podem contar a sua história a partir do seu ponto de vista e das suas próprias palavras, focando no que é mais importante e relevante para o seu público. Neste caso, a experiência de Angela valida o seu discurso. Além disso, essa autorrepresentação não só traz a narrativa tal qual o sujeito a propõe, mas também serve como ferramenta para o seu trabalho.

Também trazemos um exemplo de postagem de Patricia. Patricia tem 46 anos e migrou com o marido e um dos filhos para os Estados Unidos em 2021. Em 2023, retornou ao Brasil. Depois de voltar, postou diversos *stories* e fez postagens sobre o assunto, respondendo a perguntas dos seguidores. O questionamento sobre sua condição de cidadania apareceu diversas vezes, inclusive em comentários e em caixinhas de perguntas. No dia 7 de setembro de 2023, postou um vídeo respondendo a seguinte pergunta de um seguidor: "Vcs estavam ilegais?" (*Sic*). Patricia diz que sempre havia evitado o assunto enquanto estava morando nos EUA, e afirmou que nenhum imigrante gosta de falar sobre a sua condição de cidadania. Porém, já no Brasil, resolveu falar sobre o assunto e explicar como havia sido seu processo. Nessa mesma postagem, uma seguidora deixou um comentário: "Não estava dentro de status não. Você estava em um limbo sem status de legal ou de ilegal. Aí se o processo termina e eles negam o seu processo, eles te dam um tempo para voltar e vc não é considerado ilegal e portanto pode voltar. O negócio é te deixarem passar na fronteira de novo, pode até deixar, mas a salinha rola com certeza. Sem críticas, só corrigindo" (*Sic*, comentário no Instagram, 7 de setembro de 2023). Patrica respondeu "a pergunta era se eu estava ilegal e a resposta é não, nunca fiquei ilegal. eu não fui pela fronteira! Estava dentro do meu status legal durante todo meu processo, inclusive tive meu visto de estudante aprovado, portanto eu não estava ilegal!!!!!!" (*Sic*, comentário no Instagram, 7 de setembro de 2023).

Os tons que aparecem nos comentários, por vezes, são de acusação e julgamento. Por outro lado, Patricia se defende e justifica seu processo migratório. A possibilidade de estar indocumentado é tido como uma ofensa e é falado de forma pejorativa, com discursos carregados de julgamentos. Salientamos que mantivemos as palavras e escritas tal qual aparecem nas postagens, mas reiteramos nossa contrariedade ao uso dos termos "legal" e "ilegal", já que a mobilidade é um direito humano. O que pode acontecer é o migrante não ter a documentação que determinado país exige para ingresso, sendo, portanto, documentado ou indocumentado.

Com isso posto, podemos concluir que as tecnologias digitais aparecem como um ambiente em que é possível falar por si, se representar da forma escolhida. A exposição, assim como o conteúdo, são escolhas de cada uma. Por outro lado, as plataformas podem ser um local de rastreio e controle, o que explica o fato de que a maioria das influenciadoras digitais possui visto de permanência ou cidadania estado-unidense. Além disso, esse mesmo ambiente digital favorece o aparecimento de situações de preconceito. Por outro lado, garante a possibilidade de resposta da forma que a pessoa achar mais adequada (responder, excluir comentário, bloquear). Assim, mesmo podendo escolher a própria narrativa e conteúdo, não é possível controlar a reação dos outros.

Palavras-chave

Autorrepresentação; migrações; interseccionalidade; Instagram; produção de conteúdo.

REFERÊNCIAS

CANEVACCI, Massimo. Autorrepresentação: movimentar epistemologias no contexto da cultura digital e da metrópole comunicacional. **Novos Olhares**, v. 4, n. 1, 2015.

GEORGIOU, Myria. Does the subaltern speak? Migrant voices in digital Europe. Popular

Communication, 16 (1). pp. 45-57, 2017.

GEORGIOU, Myria; LEURS, Koen. Smartphones as personal digital archives? Recentering migrant authority as curating and storytelling subjects. **Sage Journals**, v. 23, issue 3, 2022.

VARELA HUERTA, Amarela; SILVA, Javier Romano. Contrarelatos y acuerpamiento a pie de vía: entrevista con Amarela Varela Huerta. Bajo el Volcán. **Revista del Posgrado de Sociología**. BUAP, año 4, núm. 8 digital, mayo-octubre 2023.